

## **Cuba: A unificação monetária e cambial poderá ser uma realidade mais próxima.**

*“Neste contexto, será difícil viver em Cuba sem trabalhar”*. Esta afirmação, com o seu quê de contundência, foi feita no passado dia 13 deste mês de Outubro pelo Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Economia e Planeamento Alejandro Gil Fernández como conclusão de uma de duas emissões do programa televisivo *“Mesa Redonda”* dedicadas à unificação monetária e cambial e aos temas conexos. Nesse programa e ao longo dessa semana, responsáveis governamentais apresentaram com mais detalhe as medidas de recuperação económica e social de Cuba. Alejandro Gil terá querido com essa declaração chamar a atenção para que a unificação monetária e cambial retirará espaço a um conjunto de actividades especulativas que têm florescido nos últimos anos mercê das crescentes distorções induzidas pelo anquilosado regime monetário e cambial vigente no país.

*“O mercado existe independentemente da nossa vontade”*, outra afirmação feita na *“Mesa Redonda”*, essa por Marino Murillo Jorge, que acompanhou o Ministro no programa, é também algo incisiva, sobretudo se proferida por quem ocupa um cargo de responsabilidade num país que se apresenta como socialista. O que se poderá certamente inferir desta afirmação é que para as autoridades locais o mercado terá que assumir um papel muito mais relevante na economia de Cuba e que a execução de todo o processo que assenta na unificação monetária e cambial terá isso em conta. Marino Murillo é Chefe da Comissão Permanente para a Aplicação das Directivas aprovadas nos últimos congressos do Partido Comunista de Cuba, os congressos que lançaram as reformas económicas. É também membro do *Bureau* Político desse partido.

Ambas as afirmações parecem traduzir uma mudança de política económica que, a concretizar-se de forma consequente, representará uma alteração muito substancial no caminho aqui seguido há dezenas de anos. No fundo, o caminho aberto pelas reformas iniciadas por Raul Castro.

Na *“Mesa Redonda”* de dia 13 participaram exclusivamente Alejandro Gil e Marino Murillo. A este último ficaram reservadas praticamente todas as duas horas do programa, tempo que Marino dedicou, em grande parte, a apresentar com algum detalhe o regime monetário e cambial vigente e os conceitos em jogo neste tema. Alguns anúncios novos e importantes ocuparam o restante tempo de que dispôs. O Ministro limitou-se a abrir e a fechar as intervenções. No dia seguinte, 14 de Outubro, ambos regressaram ao programa para responder a questões levantadas pelos telespectadores sobre a exposição da véspera.

Estas duas edições do programa *“Mesa Redonda”* desenvolveram, portanto, o que a este respeito fora já anunciado pelo Presidente Díaz-Canel a 16 de Julho passado e por ele reafirmado no dia 6 deste mês. Serão de destacar algumas mensagens centrais. Desaparecerá o Peso Convertível Cubano, CUC, que será trocado pelo Peso Cubano, CUP, o qual passará a ser a única moeda nacional em circulação; a troca para os particulares far-se-á ao câmbio vigente de 24 CUP por cada CUC e para as empresas ao câmbio de 1 CUP por cada CUC; a taxa de câmbio internacional do CUP no momento da unificação será fixa, por um período não indicado. O Estado não deixará desprotegido nenhum cidadão que venha a ser prejudicado pelas mudanças; não se aplicarão terapias de choque; os produtos de primeira necessidade e os serviços de consumo massivo vão ter algum tipo de subsídio. Os salários e as pensões do sector estatal serão aumentados para fazer face ao inevitável aumento de preços. De acordo com Murillo, ficará evidente quais as empresas que são eficientes e quais as que não o são. Terminará a situação actual em que, de forma geral, os produtos importados são mais baratos que os produzidos no país, o que desincentiva quer a produção interna quer as exportações. A iniciativa privada será apoiada por via fiscal.

Quer o Ministro quer o Chefe da Comissão Permanente de Aplicação das Directivas lembraram que a unificação monetária e cambial está oficialmente prevista há anos. Gil Fernández referiu uma intervenção de Raúl Castro no encerramento de um determinado período de sessões do Parlamento cubano: *“Ainda que a eliminação da dualidade monetária e cambial por si só não resolva como que por magia todos os problemas acumulados na economia cubana, ela constitui o processo mais determinante para avançar na actualização do modelo económico cubano pelo impacto que terá em todas as esferas da actividade económica e social da nação. Sem resolver isso, é difícil avançar correctamente”*. Estava-se em 2017 e já então havia anos que o assunto se apontava como uma prioridade. Segundo Marino Murillo, todo este tempo, antes e depois de 2017, desde que se constatou que o atual regime dual tinha esgotado o seu papel, foi ocupado a estudar o assunto, ouvindo especialistas cubanos e estrangeiros e observando outras experiências de unificação. A dualidade monetária através da criação do CUC foi introduzida no Período Especial no início dos anos 1990 com o objectivo de evitar a dolarização da economia.

Seja como for, a realização desta edição do programa *“Mesa Redonda”* será mais um sinal de que as autoridades estarão agora finalmente decididas a levar à prática a unificação monetária e cambial em Cuba.

Na realidade, a unificação monetária e cambial não será levada a cabo isoladamente, antes, obrigatoriamente, em conjugação e em simultâneo com outros dois processos: a alteração dos apoios sociais com a eliminação de subsídios considerados excessivos e a eliminação da entrega universal e gratuita de um conjunto de bens essenciais; e a alteração dos rendimentos da economia, nomeadamente os empresariais, incluindo uma reforma dos salários. A este conjunto de transformações simultâneas dão as autoridades cubanas o nome de *“ordenamento monetário”*.

Marino Murillo, referindo-se aos subsídios, afirmou que todos os cubanos os estão hoje a receber, incluindo aqueles que não trabalham: *“Tanto se subsidia a pessoa que trabalha e contribui como o indivíduo que o não faz. É justo repartir a riqueza numa sociedade desta forma? É algo que se tem que transformar e de maneira urgente”*. Uma formulação talvez pouco cuidada do que teria pretendido ser uma referência aos que se aproveitam indevidamente dos apoios sociais, mas que, tal como foi apresentada, é muito semelhante à de defensores de um modelo que estas autoridades não hesitariam provavelmente em qualificar de neoliberais.

Segundo o Chefe da Comissão Permanente, é imprescindível proceder agora ao *“ordenamento monetário”* porque esse é um passo indispensável para realizar as transformações económicas exigidas pelo contexto actual de pandemia, de contracção da economia mundial e de agravamento do bloqueio dos EUA, assim como para melhor enfrentar um seu eventual endurecimento. A aplicação do *“ordenamento monetário”* é um passo imprescindível para avançar na estratégia económica do país.

Para Marino Murillo, o regime monetário vigente em Cuba impede que a economia funcione de forma natural, levando a que seja conduzida administrativamente. Assinalou, em particular, que o processo de formação de preços, também ele administrativo, impede que estejam correlacionados com o mercado mundial, não permitindo a sua comparação internacional e a avaliação da competitividade dos produtos cubanos. Esse processo impede também que aos produtores cheguem sinais claros do mercado. *“Não quer dizer que Cuba vá em direcção a uma economia de mercado, mas o mercado existe independentemente da nossa vontade e aos produtores têm que chegar sinais claros desse mercado: se eu produzo algo, tenho que saber quem é que está disposto a comprar esses produtos”*. O atual regime monetário acarreta também sérios problemas de salários (défices salariais acumulados durante muito tempo, enfrentados com medidas que no seu momento foram positivas mas que têm carácter parcial e não integral). Outro aspeto referido é o das

numerosas deficiências do sistema empresarial, que tem acumulado um grande nível de ineficiência, problemas de incentivos aos exportadores e desequilíbrios macroeconómicos com elevados défices fiscais, porque o Estado tem sido obrigado a efectuar vultosas transferências para as empresas, quando deveriam ser estas a financiar a atividade do Estado. É hoje complexo, nestas condições, conseguir comparar a economia de Cuba com outras economias mundiais, afirmou.

Segundo Murillo, reafirmando neste contexto o que as autoridades vêm repetindo a propósito da estratégia global de recuperação económica, é necessário conseguir uma articulação produtiva entre os sectores estatal e não estatal e incentivar as exportações. Estes são certamente eixos de toda essa estratégia.

Para Murillo, a complexa estrutura que foi originada pela dualidade monetária e cambial não poderá ser alterada com a aplicação de uma “*terapia de choque*”, que não tem lugar numa sociedade como a cubana, que tem uma matriz equitativa. Não se trata só de “*desvalorizar uma moeda e tirar outra*”, porque há todo um conjunto de inter-relações. Este processo será, portanto, gradual, com um período de pelo menos 6 meses em que irão coexistir as duas moedas, sendo o CUC, Peso Cubano Convertível, retirado progressivamente de circulação.

Procurar-se-á que no final do processo de “*ordenamento monetário*” os trabalhadores do Estado fiquem em melhores condições do que aquelas em que se encontram agora. O mesmo responsável político afirmou, por outro lado, que “*a unificação monetária acarreta uma desvalorização e isso exige ajustamentos. Gera pressão sobre o sistema empresarial em busca da eficiência, sem terapias de choque*”.

Coexistem hoje em Cuba duas moedas nacionais: o Peso Cubano (CUP) e o Peso Cubano Convertível (CUC). E coexistem, também, duas principais taxas de conversão oficiais entre essas moedas e duas taxas de câmbio oficiais relativamente ao USD, todas fixadas administrativamente: para as empresas, 1 CUP=1 CUC e 1 CUC=1 USD; para os particulares, 25 CUP=1 CUC (ou, na venda, 1 CUC=24 CUP) e 1 CUC=1 USD.

*(Note-se a propósito que hoje, dada a grande falta de divisas existente no país, os USD são atribuídos centralmente pelo Estado às diferentes empresas e entidades, que, portanto, não podem dispor livremente das divisas que eventualmente detenham nas suas contas).*

No processo de unificação monetária e cambial, os particulares poderão trocar os CUC por CUP ao câmbio atual (1 CUC=24 CUP). Este processo prolongar-se-á pelo menos por 6 meses. No caso do sector empresarial, as contas em CUC passarão a ser denominadas em CUP, ao câmbio de 1 CUC=1 CUP.

A unificação monetária e cambial implicará, afirmou Murillo, uma “*grande desvalorização*” do Peso Cubano. Não a quantificando – não se esperaria que o fizesse, será tema para o anúncio do calendário da unificação – indicou que a taxa de câmbio será fixa, de início. Essa desvalorização deve conduzir a que os bens de produção nacional sejam mais baratos que os importados, criando condições para que aumentem as exportações e se substituam importações, se aumentem os salários e haja mais “*motivação para trabalhar*”. Abordou assim de forma implícita um dos grandes problemas desta economia: o nível muito reduzido dos salários, que, bem para além de induzirem a desmotivação, obrigam a generalidade dos trabalhadores a procurar outras formas de obter rendimentos, mesmo que através de formas não legais, a que, com frequência, dão muito mais atenção que aos seus empregos formais.

A desvalorização do Peso Cubano deverá a prazo fazer desaparecer o mercado em USD que *de facto* hoje existe, para mais impulsionado muito recentemente com o aumento das lojas em divisas (e o alargamento de bens disponíveis em moeda estrangeira). O Presidente da Comissão Permanente insistiu que a ampliação dessa rede de lojas é uma solução temporária. Será, porém, indispensável que a taxa de câmbio do Peso Cubano pós-unificação reflita o valor relativo real das duas moedas (e da economia cubana) ou a economia deste país será provavelmente quase totalmente *dolarizada* num prazo não muito longo, ao contrário do que é a pretensão explícita destas autoridades.

*“O que temos que deixar claro é que se desvaloriza a moeda procurando competitividade, o que supõe uma pressão sobre o sector empresarial, que terá que enfrentar os efeitos da desvalorização, sobretudo pela importação e fixação dos preços por grosso”.* As empresas que vendem exclusivamente para o mercado interno, confrontadas com um aumento dos preços dos bens ou serviços que compram, irão provavelmente entrar de imediato em prejuízo com a unificação. Essas empresas receberão apoio durante um período que está previsto que dure um ano. *“Estar-se-á de alguma forma a subsidiar os seus prejuízos, mas vai ganhar-se com isso, porque se está a evitar o fecho dessas empresas.”* Murillo adiantou um número que pode de forma indirecta mostrar qual a avaliação que o Governo faz da dimensão do sector empresarial ineficiente, não competitivo, ao afirmar que *“para nós, a solução, mesmo quando um conjunto de empresas tem sérios problemas de eficiência, não é atirar para a rua 250 000 ou 300 000 pessoas. O desemprego, para nós, não é opção”.* Esses números, note-se, correspondem a uma percentagem de 8,3% a 10% dos 3 Milhões de trabalhadores do sector estatal. No entanto, frisando o carácter temporário do apoio a esse sector ineficiente, o Chefe da Comissão Permanente acrescentou: *“Não podemos continuar a subsidiar prejuízos às empresas pelo resto da vida”.* É provável que uma parte considerável das empresas hoje ineficientes continuem a sê-lo mesmo depois de terminado o período de transição e o apoio temporário que se prevê venham a receber. Sendo assim, um número considerável daqueles trabalhadores ficará no desemprego. O pressuposto desta estratégia, em linha com os objetivos implícitos às reformas que foram sendo levadas a cabo ao longo dos anos, é que o sector privado venha a absorver essa mão-de-obra, motivo adicional para a aprovação rápida da *“Lei das Pequenas e Médias Empresas”*, que continua formalmente prevista apenas para 2022. Importante notar que, no entanto, Murillo não se referiu a questão da absorção desse *“novo desemprego”*.

Como consequência da desvalorização cambial, em Cuba todos os preços por grosso (preços no comércio entre empresas) vão aumentar em correlação com o aumento que venham a ter os produtos importados: *“Não há forma humana de desvalorizar sem que os preços por grosso subam”.* O resultado será que os preços ao consumidor tenderão a aumentar. Mas, como sempre e de acordo com a política declarada do Estado cubano, Murillo anunciou que serão apoiados os cidadãos que venham a estar em situação de fragilidade – os preços ao consumidor de um conjunto de bens essenciais ficarão submetidos, durante pelo menos um ano, a controlo centralizado, podendo ou não ser directamente subsidiados.

Será levada a cabo no país uma reforma salarial do sector estatal para acompanhar o aumento dos preços ao consumidor, devendo as empresas incorporar nos seus custos a subida dos salários. Pela mesma razão, serão também aumentadas as pensões da Segurança Social.

Encerrando o primeiro dos dois programas *“Mesa Redonda”*, o Ministro da Economia e Planeamento deixou claro: *“Mantém-se e manter-se-á a planificação centralizada da economia, o que significa ter a capacidade para a nível central do país se tomarem as principais decisões sobre os principais processos da economia, incluindo as estratégias de desenvolvimento”.* E, acrescentou, em consonância com a perspectiva do anúncio do Presidente Díaz-Canel a 16 de julho: *“Temos que ir avançando no sentido de manter e consolidar a planificação centralizada, um elemento intrínseco do nosso modelo económico e, ao mesmo tempo, procurar mecanismos de descentralização dos*

*recursos na microeconomia*". Para que não ficassem dúvidas sobre o que dizia, acrescentou que *"esses dois conceitos não entram de forma nenhuma em conflito um com o outro"*. Será talvez a quadratura do círculo, mas, como se disse, é uma perspectiva já claramente exposta por vários responsáveis políticos.

A unificação monetária e cambial poderá assim ser uma realidade próxima, levada a cabo em simultâneo com as outras reformas que constituem o que aqui foi batizado como *"Ordenamento Monetário"*. Há nestes anúncios, porém, duas importantes omissões: de sérias medidas de apoio ao sector privado, que inevitavelmente será afectado; e – essencial – da forma de financiamento dos aumentos salariais e dos apoios sociais. Sabendo que Cuba não tem margem de manobra fiscal, que tem uma grande escassez de divisas, que não pode contar com nenhum apoio significativo de financiamento externo, que o sector privado tem uma reduzida dimensão, só restará provavelmente uma alternativa: o Investimento Estrangeiro. Porém, esse, mesmo que Cuba desenvolvesse rapidamente os seus fatores de atratividade, irá sempre demorar a chegar, para mais no contexto de acentuada crise mundial. Há dias, foi oficialmente anunciado, o *Bureau* Político do Comité Central do PCC discutiu o tema do Investimento Direto Estrangeiro. Nada mais se sabe. Poderá ser um sinal de que se preparam transformações (ainda mais) significativas, que tardam.

Este *"Ordenamento Monetário"* conduzirá o país no sentido de reformas profundas – com impacto direto para cidadãos e empresas e alteração da competitividade internacional da economia cubana – afastando Cuba do modelo seguido durante dezenas de anos. Haja ou não resistências, que as haverá, este caminho parece ser o único possível para evitar que o país chegue a uma situação que muitos antecipam (ou já qualificam) como *"catastrófica"*.

Relatos dos dois programas Mesa Redonda podem ser consultados em:

<http://www.cubadebate.cu/noticias/2020/10/13/ordenamiento-monetario-clave-en-la-nueva-estrategia-socioeconomica-de-cuba/#.X4o2idBKjIV>

e

<http://www.cubadebate.cu/noticias/2020/10/14/aclaran-dudas-sobre-el-ordenamiento-monetario-y-cambiarlo-en-cuba/#.X4ikbdBKjIX>

Delegação da AICEP em Cuba

Notas: - As citações em itálico são todas de afirmações de Marino Murillo, Chefe da Comissão Permanente para a Aplicação das Directivas aprovadas nos últimos congressos do Partido Comunista de Cuba.

- Recorde-se que em Cuba só têm existência legais as empresas estatais. As citações em itálico são todas de afirmações de Marino Murillo, Chefe da Comissão Permanente para a Aplicação das Directivas aprovadas nos últimos congressos do Partido Comunista de Cuba. A iniciativa privada existe ou sob a forma jurídica de empresário em nome individual (TCP, *Trabajadores por Cuenta Propria*, conhecidos vulgarmente como *Cuentapropistas*) ou sob a forma de cooperativas.